

Presidência**PORTARIA PRESIDÊNCIA N. 72 DE 21 DE MARÇO DE 2023.**

Torna público o Manual de Digitalização de Documentos do Poder Judiciário.

A **PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando o contido no Processo SEI n. 03948/2022,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar público o Manual de Digitalização de Documentos do Poder Judiciário, constante do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministra **ROSA WEBER**

PORTARIA PRESIDÊNCIA N. 74 DE 23 DE MARÇO DE 2023.

Estabelece a Política de Governança Organizacional do Conselho Nacional de Justiça.

A **PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando o contido no Processo SEI n. 08244/2022,

RESOLVE:**CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º A política de governança organizacional do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) observa o disposto nesta Portaria.

Art. 2º Para os efeitos desta Portaria, entende-se por:

I – governança organizacional: conjunto de mecanismos que estruturam e direcionam a atuação institucional na criação de valor público, conforme as competências institucionais conferidas ao CNJ;

II – mecanismos de governança organizacional: conjunto de práticas de liderança, estratégia e controle que devem ser adotados pelo CNJ para que as funções de avaliação, direcionamento e monitoramento sejam executadas de forma efetiva;

III – partes interessadas: pessoas físicas e jurídicas com interesse na prestação de serviços do CNJ ou que possam ser por ela afetadas, direta ou indiretamente;

IV – instâncias internas de governança organizacional: unidades responsáveis por estabelecer políticas, diretrizes e objetivos organizacionais e avaliá-los, garantindo que atendam ao interesse público, bem como por monitorar a conformidade e o desempenho dessas políticas e por agir em caso de constatação de desvios; e

V – valor público: resultado da atuação institucional mensurado por meio de indicadores de eficiência, eficácia e efetividade.

Art. 3º São instâncias internas de governança organizacional do CNJ:

I – Presidência;

- II – Plenário;
- III – Corregedoria Nacional de Justiça;
- IV – Comissões permanentes e temporárias;
- V – Secretaria-Geral;
- VI – Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica;
- VII – Diretoria-Geral;
- VIII – Secretaria de Auditoria;
- IX – Comitê de Governança Estratégica; e
- X – Comitês temáticos permanentes e temporários.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS E FUNÇÕES DA GOVERNANÇA ORGANIZACIONAL

Art. 4º As instâncias internas de governança organizacional do CNJ devem observar os seguintes princípios, além daqueles previstos no art. 37 da Constituição Federal:

- I – efetividade na geração de valor público;
- II – eficiência e eficácia nos processos e projetos organizacionais;
- III – transparência e prestação de contas;
- IV – diálogo com as partes interessadas e com a sociedade;
- V – respeito ao meio ambiente e aos direitos humanos;
- VI – integridade e probidade administrativa;
- VII – desenvolvimento das competências necessárias de conselheiros, magistrados e servidores para o alcance dos resultados institucionais esperados;
- VIII – aprimoramento contínuo do valor público gerado; e
- IX – efetividade na gestão de riscos e controles internos.

Art. 5º São funções das instâncias internas de governança organizacional do CNJ:

- I – avaliar o ambiente de atuação institucional e promover o planejamento, o direcionamento e a priorização das ações institucionais;
- II – acompanhar o monitoramento dos resultados, do desempenho e do cumprimento de políticas e planos, confrontando-os com as metas estabelecidas e as expectativas das partes interessadas;
- III – promover continuamente as melhores práticas de gestão;
- IV – prestar contas em relação às ações institucionais e ao valor público gerado;
- V – promover ética nas relações internas e na atuação institucional;
- VI – alocar recursos orçamentários e financeiros conforme as prioridades institucionais; e
- VII – garantir institucionalmente a observância dos princípios e valores constitucionais e legais estabelecidos no ordenamento jurídico brasileiro.

CAPÍTULO III

DOS MECANISMOS DE GOVERNANÇA ORGANIZACIONAL

Art. 6º São mecanismos complementares para o exercício da governança organizacional do CNJ:

- I – política de integridade do CNJ;
- II – política de governança e gestão de pessoas do CNJ;
- III – política de governança e gestão estratégica do CNJ;
- IV – política de governança e gestão de aquisições do CNJ;
- V – política de governança e gestão de tecnologia da informação e comunicação do CNJ;
- VI – política de governança e gestão orçamentária e financeira do CNJ; e
- VII – política de gestão de riscos e controles internos do CNJ.

§ 1º Os mecanismos de governança organizacional preverão práticas de governança e gestão a serem adotadas de maneira alinhada com os princípios e funções estabelecidos nesta Portaria.

§ 2º Compete ao Comitê de Governança Estratégica avaliar e propor a revisão dos mecanismos indicados nos incisos I a VII do *caput* deste artigo.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º A transição de gestão do CNJ é o processo que objetiva assegurar a continuidade administrativa e contribuir para a promoção da boa governança.

§ 1º A transição de gestão do CNJ será promovida de acordo com os princípios estabelecidos nesta Portaria.

§ 2º O processo de transição de gestão do CNJ será disciplinado por meio de ato normativo específico.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Ministra **ROSA WEBER**

PORTARIA PRESIDÊNCIA N. 75 DE 24 DE MARÇO DE 2023.

A **PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o disposto no art. 2º da Portaria nº 33/2022 e o contido no Processo SEI n. 01221/2022, resolve:

DESIGNAR

Maria Helena Mallmann, Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, como Ouvidora Nacional da Mulher, pelo período de 1 (um) ano, a partir de 31 de março de 2023, admitida a recondução.

Ministra **ROSA WEBER**

INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 92, DE 23 DE MARÇO DE 2023.

Aprova o Manual de Uso da Marca do Conselho Nacional de Justiça e dá outras providências.

A **PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXXV do art. 6º do Regimento Interno deste Conselho, bem como considerando o disposto na Resolução 85/2009, e ainda, o que consta nos autos do Processo SEI n. 02814/2023,